



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 26/11/2014, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos pessoais, estará ausente no período compreendido entre os dias 26 a 30 de novembro de 2014, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2014
3. REQ. N. 1743/14, DATADO DE 13/11/2014 – PC N.º 376/14, DATADO DE 29/10/2014 – FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA

4. REQ. N. 1160/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 226/14, DATADO DE 25/06/2014 – VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL
5. REQ. N. 1655/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS
6. REQ. N. 383/12, DATADO DE 02/03/2012 – PC N.º 198/10, DATADO DE 28/09/2010 – REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA
7. REQ. N. 1698/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 336/14, DATADO DE 03/10/2014 – CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS
8. REQ. N. 1759/14, DATADO DE 17/11/2014 – PC N.º 197/13, DATADO DE 28/06/2013 – RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA
9. REQ. N. 1541/14, DATADO DE 15/10/2014 – PC N.º 352/14, DATADO DE 15/10/2014 – ARMINDO NUNES MESQUITA
10. REQ. N. 1695/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS
11. REQ. N. 1669/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013 – AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA
12. REQ. N. 1769/14, DATADO DE 19/11/2014 – PC N.º 85/13 , DATADO DE – LUIS ANTÓNIO RAMOS GOMES
13. REQ. N. 1782/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 231/14 , DATADO DE 30/06/2014 – MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO
14. REQ. N. 1784/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 163/14 , DATADO DE 15/05/2014 – HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE
15. REQ. N. 1735/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 552/2014, DATADO DE 12/11/2014 – BRIGITTE DE JESUS FERNANDES
16. REQ. N. 1718/14, DATADO DE 2014/11/10 – PC N.º 375/12, DATADO DE 28/12/2012 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA
17. REQ. N. 1369/12, DATADO DE 17/08/2012 – PC N.º 130/10, DATADO DE 31/05/2010 – CECÍLIA MARIA DIAS FERREIRA e CARLOS MANUEL DA CONCEIÇÃO SILVA

18. REQ. N. 1464/13, DATADO DE 13/09/2013 – PC N.º 168/11, DATADO DE 02/05/2011 – CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA
19. REQ. N. 362/11, DATADO DE 17/02/2011 – PC N.º 24/08, DATADO DE 14/01/2008 – SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A
20. REQ. N. 2389/11, DATADO DE 25/11/2011 – PC N.º 465/05, DATADO DE 27/06/2005 – JOSÉ DOS SANTOS FARIA
21. REQ. N. 814/12, DATADO DE 11/05/2012 – PC N.º 128/10, DATADO DE 31/05/2010 – ACÁCIO DA SILVA SANTOS
22. REQ. N. 1571/14, DATADO DE 20/10/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA
23. REQ. N. 1757/14, DATADO DE 14/11/2014 – PC N.º 409/14, DATADO DE 14/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
24. REQ. N. 1785/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 412/14, DATADO DE 21/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
25. REQ. N. 1628/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º 373/14, DATADO DE 27/10/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.
26. REQ. N. 2035/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.
27. REQ. N. 1555/14, DATADO DE 17/10/2014 – PC N.º 487/2014, DATADO DE 17/10/2014 – ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES
28. REQ. N. 1556/14, DATADO DE 17/10/2014 – PC N.º 488/2014, DATADO DE 17/10/2014 – ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES
29. DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2015 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO
30. ALTERAÇÕES AO ZONAMENTO E COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO (CÓDIGO DO IMI) – NOMEAÇÃO DE TÉCNICO – INTERLOCUTOR JUNTO DOS SERVIÇOS LOCAIS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

31. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: VALTER RICARDO PINTO LEITE – APRECIACÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA
32. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
33. ANULAÇÃO DA GUIA DE RECEITA N.º 12550, EMITIDA NO ÂMBITO DO SINISTRO DE MARIA DA CONCEIÇÃO CALDEIRA RAMA MORAIS, NA SEQUÊNCIA DE UM ACIDENTE DE TRABALHO.
34. ANULAÇÃO DA GUIA DE RECEITA N.º 4203/2012, EM NOME DO TRABALHADOR ORLANDO ERMIDA DA SILVA MOLEIRINHO, REFERENTE A FOTOCÓPIAS DE EXCLUSIVA POSSE DA CMMG.
35. TESOURARIA MUNICIPAL – ATRIBUIÇÃO DO SALDO DE CAIXA (CAIXA 1) DA TRABALHADORA JANETE FERNANDES À TRABALHADORA VÂNIA SANTOS.
36. PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE EUGÉNIO PEREIRA FONTES – TRAVESSA DO MIRANTE – VIEIRA DE LEIRIA
37. PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE FERNANDO MANUEL DE JESUS FERNANDES – ALBERGARIA
38. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE *“TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, PARA O ANO 2015”*
39. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS 2015 E 2016”*.
40. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA EVENTOS E ESPETÁCULOS NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS DE 2015 E 2016”*.
41. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”*.

42. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 2º 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2015”*
43. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA BRÍZIDA JESUS AZEVEDO, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, 1ºD, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL
44. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO AO INQUILINO CAMARÁRIO MARCO PAULO FERREIRA SALVADO, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 3, 2ºC, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL
45. REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 30, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
46. ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA
47. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
48. APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
49. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2014/2015
50. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.
51. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

52. CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL

53. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes munícipes:

1 - Sr. Cristiano João Rodrigues Chanoca, residente na Estrada Principal à Garcia, n.º 5-A, Garcia, Marinha Grande, em representação da Comissão Promotora do Atlético Clube Marinhense, nomeada na Assembleia Geral de 09/10/2014, a quem foram concedidos poderes para resolver o problema da penhora dos terrenos do Campo da Portela, no valor de 230.000 €, e evitar que passem para mãos de privados.

Entregou a todos os membros do executivo um *dossier* explicativo da situação do ACM, na sequência dos atendimentos que tiveram com o Sr. Presidente da Câmara e com o Vereador do pelouro, porque entende que há alguma discrepância nas respostas que lhe são dadas. Recordou que inicialmente houve um pedido de empréstimo para comprar os terrenos, que depois da Assembleia Geral ficou sem efeito, tendo sido elaborado um plano de resolução, que visa uma compra aberta, sem empréstimo. A este último pedido a Câmara deu uma resposta que considera banal, de 5 linhas, pelo que quer mais uma vez deixar bem assente que aquilo que propõem não é um empréstimo, é um contrato de compra e venda a retro, entendendo que a Câmara, por direito próprio, faz parte do grupo de pessoas que irão colaborar neste plano. Enviou uma segunda carta, pois pretendem um subsídio para a compra daquele terreno, nos termos legais, tal como são atribuídos a outros clubes. A atuação da Câmara em relação aos factos deverá ser sempre a mesma, independentemente dos vários executivos. Em situações idênticas as resoluções da Câmara foram outras. Aquilo que pretendem é um subsídio para comprar o Campo da Portela, que neste momento se encontra penhorado, porque poderá ir a hasta pública, e é isso que não querem. O ACM pede à Câmara um subsídio, para evitar a passagem dos terrenos para terceiros, e até para que, eventualmente, o Marinhense não acabe.

2 - Sr. Juventino Domingues Fernandes, residente na Rua da Várzea, n.º 45, Marinha Grande, abordou a política de atribuição de subsídios, que na sua opinião não está a ser delineada como deveria. Os subsídios são dados de forma muito arbitrária, falando especialmente do Atlético Clube Marinhense, que é um “enteado” muito pobre. Não é contra o dar subsídios, mas sim contra o dar a uns e não dar a outros. Deu o exemplo do Vieiraense, que tem sido muito ajudado, e do S. Lisboa e Marinha, que usufrui de terrenos municipais sem pagar um cêntimo. A Marinha Grande não pode deixar passar em claro a situação do Atlético Clube Marinhense, uma vez que está em causa a perda dos terrenos e a prática de desporto por mais de 300 crianças, e caso isso venha a acontecer irá levar o assunto para a praça pública e imprensa.

Terminou a sua intervenção apelando à Câmara para que delibere em consciência e com respeito para com todas as gerações vindouras.

3 - Sr. Ambrósio Mourato de Sousa, residente na Rua Mestre José da Silva Roque, n.º 31, Picassinos, Marinha Grande, que expôs um assunto já antigo, mas que tem vindo a piorar, e que se refere ao barulho produzido pelas máquinas de uma oficina de moldes que fica junto da sua habitação, e pelas viaturas que partem o gradeamento do seu muro. Disse que não pretende que a oficina feche, apenas pede a intervenção da Câmara no sentido de tentar reduzir o barulho, de modo a que tenha mais qualidade de vida.

O **Sr. Presidente respondeu ao Sr. Ambrósio**, informando-o de que o contactará na próxima semana para combinar a deslocação ao local, quando a oficina se encontrar em laboração, para constatar qual o tipo de intervenção que a Câmara poderá fazer.

Relativamente às intervenções sobre o **Atlético Clube Marinhense**, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que pretende saber a opinião do executivo permanente, uma vez que têm estado em diálogo e o Sr. Cristiano Chanoca disse que há divergências e dissonâncias.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que, sem ultrapassar a lei, é competência da Câmara encontrar soluções para a resolução dos problemas das instituições e o Atlético Clube Marinhense é claramente uma dessas instituições. Não é um assunto fácil, não sabe qual a postura do executivo permanente, mas quer dar o seu contributo para a resolução do problema, com serenidade, embora o tempo seja pouco. É um assunto delicado, que pode pôr em causa a equidade de apoios a outras entidades, pelo que apela ao executivo com pelouros para que, no recato dos gabinetes, encontrem uma solução com o Atlético Clube Marinhense, para ultrapassarem o problema. Embora não seja solução para o problema, lembrou que já antes propuseram uma medida para resolução, que é a elaboração de um Plano de Pormenor que impeça que os terrenos sejam para outros fins que não a prática desportiva. Independentemente de quem seja o proprietário, o terreno deverá ter uso exclusivo para a prática desportiva, tornando-o assim pouco apetecível para terceiros, nomeadamente especuladores imobiliários.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** cumprimentou todos os presentes e referiu que este não é o local para fazer comícios mas sim para a realização de uma reunião da Câmara Municipal. Sobre o Atlético Clube Marinhense disse que da sua parte e do executivo permanente sempre houve intenção de resolver o assunto. A Câmara patrocinou uma reunião com as partes em litígio, conversou-se, mas não se conseguiu chegar a acordo porque as posições se encontravam muito extremadas com o decurso do tempo. É um caso mau para o Atlético Clube Marinhense e para a Marinha Grande, cuja situação lhe custa muito. É verdade que há responsabilidades, mas as pessoas passam e a instituição fica. Já teve reuniões com a comissão mandatada para a resolução do problema e acredita na sua boa vontade. O tipo de solução encontrada assume contornos jurídicos de difícil resolução. Têm que ser analisadas todas as hipóteses viáveis. A elaboração de um Plano de Pormenor não é viável, até pelo *timing* de resolução, que não conduz a uma efetiva solução. Não é uma questão para decidir hoje, tem que ser vista se é possível ou não, mas estão todos disponíveis para resolver o problema do ACM, tal como têm resolvido os problemas dos outros clubes, não valendo a pena andar a apontar os erros e defeitos de cada um. Também pede que o assunto seja tratado com recato, não hoje, aqui, mas depois de munidos dos devidos pareceres jurídicos que a todos acautelem.

O **Sr. Presidente** lembrou que sobre o assunto há um parecer jurídico de 4 páginas, que foi dado a conhecer a todo o executivo quando o assunto foi discutido na reunião da Câmara Municipal realizada para o efeito. Assim, propôs que todos fiquem com a pasta do ACM que foi distribuída pelo representante da comissão, que a estudem e que proponham que o assunto seja agendado para uma próxima reunião da Câmara Municipal. Por último informou que neste momento a Câmara não tem disponibilidade financeira para resolver o problema de imediato.

Depois de terminadas as intervenções do público e dadas as respectivas respostas, o Sr. Presidente deu início ao período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Presidente** pediu para incluir mais um ponto na ordem do dia, para designação de uma comissão de vistoria relativa ao seguinte processo: **REQ. N.º 694/13, DATADO DE 08/05/2013 – PC N.º 22/12, DATADO DE 23/01/2012 – SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA. .**

A inclusão deste processo foi aceite por todos.

Seguidamente deu a palavra aos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** apresentou uma saudação ao jovem marinhense de 33 anos, Tiago Francisco, que trabalha na Agência Espacial Europeia (ESA) que comandou e vigiou a sonda Rosetta, deixando um voto de louvor e reconhecimento do valor dos jovens marinhenses.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Subscreeveu o voto de louvor a Tiago Francisco.
Referiu que enaltece o marinhense (da Garcia) Tiago Francisco, que pertencendo à ESA (Agência Espacial Europeia) ajudou a pousar pela primeira vez uma sonda (Rosetta) num cometa. Os filhos da nossa terra continuam na senda do sucesso pelo mundo fora e que como disse o Tiago “demonstra que o engenho e o sonho humano não tem limites”.
- ⇒ Referiu a sua preocupação com o registo de assaltos/furtos. Propôs que a Câmara Municipal articule com as forças de segurança, o Conselho de segurança. A questão da criminalidade é um problema. Propôs que a Câmara Municipal desempenhe um papel na prevenção da criminalidade, designadamente a direcionada para as pessoas mais idosas.
- ⇒ Solicitou:
 - o ponto de situação dos instrumentos de planeamento da rede social (actualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social, plano de acção);
 - questionou se se verificou no último ano o registo de um maior n.º de pessoas a pedir apoio, quantos processos são acompanhados pelos serviços e que tipo de resposta tem o município para fazer face a estes problemas.

O **Sr. Vereador António Santos** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que também subscrevia as palavras do Sr. Vereador Vítor Pereira, sobre o Tiago Francisco.
- ⇒ Sobre o Atlético Clube Marinhense disse que é um assunto muito delicado para o qual é necessário encontrar uma solução.
- ⇒ FAG – comemora 25 anos, trata-se de um evento único e que perdura, pelo que quer enaltecer e elogiar todos aqueles que ao longo dos anos têm apoiado e levado por diante este evento tão carismático para a Marinha Grande. Contudo, entende que o mesmo tem tido efeitos internos e não exógenos. Deveria contribuir para nos projetar para fora, aproveitando, por exemplo, o prémio do arroz de marisco,

dando assim a conhecer o concelho, para além da indústria dos plásticos, dos moldes, fazendo com que todos se sentem à mesa, mesmo os industriais.

- ⇒ Rua das Chedas – em agosto de 2013 já não se podia passar nesta rua e falou sobre a situação na reunião da Câmara, e tem vindo a alertar para o facto de a rua estar intransitável. Soube que por agora o problema está resolvido e já se pode passar, embora também saiba que a rua ainda tem que levar o saneamento. Dado que aqui na Marinha, a rua em frente do “Jornal da Marinha Grande” e a seguinte (Rua Vieira de Leiria e Travessa Vieira de Leiria) também se encontram em muito mau estado, tal como estava a Rua das Chedas, pede que seja solucionado este problema.
- ⇒ Fábrica Poço, na Albergaria – falou no assunto há umas reuniões atrás. Entretanto encontro o proprietário e perguntou-lhe se ia deixar a Marinha Grande e instalar-se em Leiria. Ele respondeu-lhe que lá tinha mais condições e que sentia que a Marinha Grande não lhe deu hipótese e que não gostava dele, pois sempre sentiu distanciamento em relação a si e à sua empresa, embora não tenha deixado totalmente a Marinha Grande, uma vez que tem aqui uma pequena empresa, mas o PDM não permite o seu aumento. Pretende saber porquê.
- ⇒ Saneamento na Moita – chegou-lhe a informação de um munícipe que diz que continuam os esgotos a céu aberto e o mau cheiro. Questionou se isto é verdade, e a ser, qual a solução para o problema.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu o seguinte:

- ⇒ O + Concelho faz um balanço positivo do que tem sido a melhoria de atitude por parte do executivo permanente para com os Vereadores da oposição e para com o público, embora entenda que se deve reforçar esse espírito. O + Concelho vai fazer um esforço acrescido por isso, evitando a crítica e incrementando a sua tática para fazer propostas em concreto, embora às vezes sem grande detalhe por falta de elementos e de algum saber técnico, mas irão fazer um esforço para incrementar esta participação.
- ⇒ O assunto do Atlético Clube Marinhense é para si importantíssimo, e se o executivo permanente não agendar este assunto irá o + Concelho fazê-lo, sem que isso seja uma atitude de confronto. Se já se conseguiu contornar a lei, sem a ultrapassar, também se deverá fazê-lo para este assunto.
- ⇒ No último ano o + Concelho apresentou muitas propostas. Este ano vão alterar a tática, pois só irão apresentar propostas depois de analisadas, para permitir que o executivo com pelouros possa refletir sobre elas, com tempo, para contribuir para a sua melhoria.
Deste modo, pediu que seja feito o enquadramento legal pelos serviços das seguintes propostas:
 - Instalação de um espaço de *coworking*, em complementaridade com a OPEN, no espaço da Resinagem;

- Criação de um mapa e roteiro digital do concelho, que seja descarregável, e a colocação de placas de identificação e boas vindas onde se convidem os visitantes do concelho a descarregar esse roteiro digital.

Apresentadas as propostas, solicitou ao Sr. Presidente que peça ao Gabinete Jurídico o enquadramento legal das mesmas.

O **Sr. Presidente** informou que talvez seja difícil já para a próxima reunião, pois nesta altura há alguns condicionalismos nos serviços.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** informou que sondou o CDRSP para a criação de um roteiro turístico, mas que nada lhe custa voltar a contactá-los para este efeito. Sabe que o executivo já tem em andamento a questão da toponímia e do ambiente de acolhimento, com a colocação de boas vindas e informação nas entradas no concelho.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse o seguinte:

- ⇒ Acolheu de bom grado as propostas do Sr. Vereador Carlos Logrado, que certamente irão ser analisadas bem como a sua execução. O executivo permanente tem a sua política de gestão e a sua agenda, mas há sempre hipótese e espaço para acolher estas propostas, nomeadamente as boas vindas aos visitantes.
- ⇒ Furtos – o que lhe parece é que não será uma situação assim tão grave e preocupante como foi referido, embora aconteçam.
- ⇒ Rede Social – pediu à Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro que lhe faça chegar as questões que colocou, convidando-a a ir assistir a uma reunião do CLAS, que por vezes são difíceis, porque se fazem ações, seminários, relatórios, e os problemas continuam. Há muita teoria e pouca prática, porque as redes sociais não têm meios, nomeadamente financeiros. A próxima reunião é no dia 6 de dezembro, e as associações do concelho irão dizer o que cada uma faz, dar a conhecer o seu trabalho e pedir o apoio que necessitam para a sua ação no concelho. Disse que irá fazer chegar à Sr.ª Vereadora informação daquilo que tem sido feito, com certeza com muitas insuficiências, devido ao pouco apoio que vem de quem deve apoiar, que é o Governo. Deu como exemplo a habitação social, em que a Segurança Social envia as pessoas para as Câmaras Municipais.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** interrompeu, para dizer que concorda com o Sr. Vereador, mas que a habitação social é exatamente uma das competências das Câmaras Municipais. Agradeceu o convite para assistir à reunião do CLAS.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- ⇒ Rua das Chedas – a intervenção efetuada foi possível e resultou da colaboração da Câmara com a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- ⇒ Travessa Vieira de Leiria e Rua Vieira de Leiria – foram agora intervencionadas ruas neste local, no âmbito da remodelação da rede de água e saneamento. Tentou com os serviços técnicos estender a intervenção até à rua do “Jornal da Marinha Grande”, mas é necessário fazer uma intervenção mais profunda na rede de águas e só depois fazer a pavimentação. Agora vão-se tapar os buracos.
- ⇒ Saneamento na Moita – esta é a freguesia do concelho da Marinha Grande que tem mais cobertura da rede de saneamento (87%). O que se passa é que nas ruas que foram requalificadas há munícipes que já foram notificados e ainda não se ligaram à rede. Nos casos dos munícipes que alegam dificuldades financeiras, a Câmara permite o pagamento das baixadas em prestações. Neste momento estão a ser feitas segundas notificações para quem ainda não se ligou e depois será aplicada a lei.
- ⇒ Propostas do + Concelho – são bem-vindas, algumas têm sido acolhidas, como é o caso da eficiência energética com led's, que está incluída no próximo orçamento. Vai ser aproveitada a oportunidade para o fazer em colaboração com a EDP e testar, para ver se resulta.

Para além das respostas dadas pelo Sr. Vereador Paulo Vicente, o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Propostas do + Concelho – pediu ao Sr. Vereador Carlos Logrado para lhe mandar um e-mail com as propostas, de modo a poder analisá-las.
- ⇒ Comunga da saudação ao marinhense Tiago Francisco, bem como a muitos outros marinhenses.
- ⇒ Sobre a substituição no Parque Mártires do Colonialismo, de que vem falando há muito tempo, mas que só agora é que alguns descobriram, informou que o assunto foi falado no *briefing* da PSP.
- ⇒ Registo de algumas situações de criminalidade – a informação que lhe tem chegado é de que não tem havido aumento, pelo que não se deve fazer alarme público porque não é benéfico. Tem havido boa colaboração com a direção da PSP e da GNR. Entende que todos os casos são importantes mas não se deve criar alarme. Quer deixar algum sossego à população, porque os nossos números de criminalidade, embora não sejam fáceis de obter, não são alarmantes.
- ⇒ FAG – a Câmara tem lutado para manter vivo o evento e também para a divulgação do arroz de marisco, fazendo a promoção que é possível, embora reconheça que é um prato caro.
- ⇒ Empresa Poço – não pediu nada à Câmara nem há registo de qualquer pedido. O PDM tem muitos anos e aquilo que prevê não pode ser alterado. Questionou como
- ⇒

é que a Câmara pode tratar mal alguém com quem não tem qualquer relacionamento? Disse ainda que fica muito contente que a fábrica cá continue a funcionar, e que a Câmara dará a esta empresa e a todas as outras, a colaboração que lhe for possível.

- ⇒ Saneamento na Moita – a resposta já foi dada pelo Sr. Vereador Paulo Vicente, mas quer informar que neste momento há no concelho cerca de 6.000 pessoas que deixaram de ter água da rede, com todos os riscos que isso acarreta para a saúde pública. A Câmara quer continuar a investir nesta área, embora se saiba que não há candidaturas.
- ⇒ + Concelho – percebe a mudança de tática e serão sempre bem-vindas todas as colaborações.

Terminadas todas as intervenções, o **Sr. Presidente** deu por encerrado o período de antes da ordem do dia, anunciando um pequeno intervalo, que decorreu das 11:05 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, e antes de prosseguir com a ordem do dia, o **Sr. Presidente** abordou os seguintes assuntos:

- Entregou, através da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, a resposta ao requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira na reunião camarária do dia 14/11/2014, relativo às despesas com a realização do evento “Design Center”, cujo conteúdo se dá por reproduzido, anexando-se cópia à presente ata (**Anexo 6**);
- Deu conhecimento do seu Despacho n.º 533/2014, de 25 de novembro, sobre o documento entregue pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira na reunião camarária do dia 14/11/2014, relativo ao assunto “apreciação dos pontos da ordem de trabalhos agendada para a reunião de 14 de novembro de 2014, indicação do sentido de voto e declarações políticas”, cujo conteúdo se dá por reproduzido, anexando-se cópia à presente ata (**Anexo 7**);
- Distribuiu o calendário das reuniões da Câmara Municipal para o ano de 2015.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2014

956 - Presente a ata n.º 26, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de novembro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, por não ter estado presente na reunião.

3 - REQ. N. 1743/14, DATADO DE 13/11/2014 – PC N.º 376/14, DATADO DE 29/10/2014 – FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA

957 - Presente requerimento n.º 1743/14, datado de 2014/11/13, constante do processo camarário n.º 376/14, subscrito por FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA, com o NIF 221249460, residente na Avenida José Gregório, n.º 170, 3.º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar, muros de vedação e piscina*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agostinhos, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12.147, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 10.569 da referida freguesia de Marinha Grande. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/11/14, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Construção de uma moradia unifamiliar, muros de vedação e piscina*”, incidente sobre um prédio rústico, sito na Rua dos Agostinhos, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12.147, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 10.569, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 376/14, com data de entrada em 2014/10/29, apresentado por FLÁVIO JOEL DA SILVA AZENHA, com o NIF 221249460, residente na Avenida José Gregório, n.º 170, 3.º Esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação do licenciamento, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo

20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agostinhos, com largura mínima de 2,50m e alinhamento definido na por forma a garantir o afastamento de 2,95m ao eixo da referida rua. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1160/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 226/14, DATADO DE 25/06/2014 – VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL

958 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 956/14, n.º 1554/14 e n.º 1660/14, registados em 2014/06/25, 2014/10/17 e 2014/10/30, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 226/14, a solicitar o licenciamento (legalização) da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação da moradia sita na Rua da Juventude, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.131, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL, com o NIF 113788711, residente na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente parecer técnico, datado 2014/11/07, que atesta encontrar-se, o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado.

Após análise dos requerimentos, com registo de entrada n.º 956/14, n.º 1554/14 e n.º 1660/14, datados de 2014/06/25, 2014/10/17 e 2014/10/30, respetivamente, em que é solicitado o licenciamento (legalização) da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação da moradia sita na Rua da Juventude, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidente sobre o prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.131, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com o processo n.º 226/14, com data de entrada de 2014/06/25, apresentado por VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL, com o NIF 113788711, residente na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informação técnica de 2014/11/07, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação do licenciamento, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1655/14, DATADO DE 30/10/2014 – PC N.º 177/14, DATADO DE 23/05/2014 – CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES e ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS

959 - Presentes requerimentos n.º 760/14, n.º 1288/14, n.º 1546/14 e n.º 1655/14, datados de 2014/05/23, 2014/08/27, 2014/10/16 e 2014/10/30, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 177/14, referente ao **licenciamento da construção de uma moradia**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4.627 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 17, sito na Rua do campo, lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, apresentado por **CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES**, com o NIF 205571018 e por **ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS**, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A013171.2014.RH4, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – Administração Regional da ARH do Centro, para a construção de moradia unifamiliar distanciada no seu ponto mais próximo 6,50 m em relação à crista do talude da margem da linha de água e descarga das águas pluviais provenientes da mesma.

Presentes elementos apresentados em 2014/10/16, em sede de audiência prévia.

Presente alegação escrita dos requerentes, apresentada em 2014/10/30, a coberto do requerimento registado sob o número 1655/14 em sede de audiência prévia, na qual se compromete executar a pavimentação do arruamento em toda a frente do seu terreno.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/10/20 e de 2014/11/11, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

A Câmara Municipal depois de analisar as alegações escritas apresentadas em sede de audiência prévia, por CÉSAR JORGE DO COUTO FERNANDES, com o NIF 205571018 e por ANA PAULA CALVÁRIO DOS SANTOS, com o NIF 211169315, residentes na Rua de Leiria, n.º 5, lugar de Monte Real, freguesia de Monte Real e concelho de Leiria, bem como os pareceres técnicos, datados de 2014/10/20 e de 2014/11/11, que se debruçaram sobre as mesmas e considerando que ao abrigo do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, os requerentes se comprometem, a executar a pavimentação do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

arruamento em toda a frente do terreno, delibera nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DEFERIR o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento da construção de uma moradia, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4627 e inscrito na matriz predial rústica sob n.º 17, sito na Rua do Campo, no lugar do Boco, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, propriedade dos interessados, com o condicionalismo de execução dos trabalhos necessários à obra de pavimentação do arruamento em toda a frente do terreno objeto do pedido, com os seguintes condicionalismos:

1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

2- Deverá, no mesmo prazo, apresentar o projeto de licenciamento das obras de urbanização respeitante à pavimentação do arruamento em toda a frente do terreno objeto do pedido, instruído nos termos do artigo 72º do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, acompanhado de calendarização e da respetiva estimativa orçamental.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 383/12, DATADO DE 02/03/2012 – PC N.º 198/10, DATADO DE 28/09/2010 – REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA

960 - Presente requerimento n.º 383/12, datado de 2012/03/02, constante do processo camarário n.º 198/10, subscrito por REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA, com o NIF 157744949, residente na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização de remodelação e ampliação de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 18.735, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19345-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/11/18, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização de remodelação e ampliação de habitação*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 18.735, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 19345-P, com o número de processo 198/10, com data de entrada em 2010/09/28, apresentado por REGINA MARIA TOJEIRA DE SOUSA, com o NIF n.º 157744949, residente na Rua 5 de Outubro, n.º 10, lugar de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22- E/98, de 30/11.
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1698/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 336/14, DATADO DE 03/10/2014 – CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS

961 - Presente requerimento n.º 1698/14, datado de 2014/11/06, constante do processo camarário n.º 336/14, subscrito por **CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS**, com o NIF 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO**, com o NIF 221400532, residente em Travessa da Sede, n.º 14, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.581, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 13.530, da referida freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/11/17, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar”*, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 8.581, e inscrito na matriz predial

urbana sob o artigo número 13.530, com o número de processo 336/14, com data de entrada em 2010/10/03, apresentado por CIDÁLIA LIBERATO DOS SANTOS, com o NIF 210093463, residente na Rua da Várzea, n.º 18-C, freguesia e concelho de Marinha Grande, e JOEL ANTÓNIO GOMES RIBEIRO, com o NIF 221400532, residente em Travessa da Sede, n.º 14, lugar de pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de retificação n.º 22- E/98, de 30/11.
3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1759/14, DATADO DE 17/11/2014 – PC N.º 197/13, DATADO DE 28/06/2013 – RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA

962 - Presente pedido de licenciamento da construção de uma moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua da Agroeira, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.411 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.727, respeitante ao processo n.º 197/13, registado em 2013/06/28, apresentado por RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA, com o NIF 237483882, residente em Rua da Agroeira n.º 62, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos em reunião de câmara de 2013/10/31.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE.

Presente parecer técnico, datado de 2014/10/22, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente parecer técnico, datado de 2014/11/18, que atesta terem sido assegurados os condicionalismos constantes na deliberação de aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do pedido de licenciamento da construção de uma moradia e muros de vedação, no prédio sito na Rua da Agroeira, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.411 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10.727, respeitante ao processo n.º 197/13, com data de entrada de 2013/06/28, apresentado por RUI FILIPE ROSA BARROQUINHO DA SILVA, com o NIF 237483882, residente em Rua da Agroeira n.º 62, lugar da Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado com condicionalismos em reunião de câmara datada de 2013/10/31 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DEFERIR o mesmo com os seguintes condicionalismos:

- 1- O espaço público a pavimentar para alargamento da via deverá ser executado com o mesmo material proposto para a berma (passeio), formado uma valeta esbatida em calçada com um fio de água na zona de alargamento;
- 2- Deverá Instalar o recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro;
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.
- 4- A concessão da autorização de utilização fica condicionada à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial, com menção da área do prédio atualizada, resultante da cedência ao domínio público de 104,30 m² de terreno destinado à regularização do traçado do arruamento e execução de berma em toda a frente do terreno confinante com a Rua da Agroeira. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.795,70 m².

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

9 - REQ. N. 1541/14, DATADO DE 15/10/2014 – PC N.º 352/14, DATADO DE 15/10/2014 – ARMINDO NUNES MESQUITA

963 - Presente pedido com o registo n.º 1541/14, datado de 15/10/2014 relativo a licenciamento (legalização) de alterações efetuadas em estabelecimento de restauração e bebidas, situado na Rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.276 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 352/14, com data de entrada de 15/10/2014, apresentado por **ARMINDO NUNES MESQUITA**, com o NIF 105307734, residente na Rua da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 11/11/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas em estabelecimento de restauração e bebidas, situado na Rua da Estação, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.276 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 472, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 352/14, com data de entrada de 15/10/2014, apresentado por **ARMINDO NUNES MESQUITA**, com o NIF 105307734, residente na Rua da Estação, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1695/14, DATADO DE 06/11/2014 – PC N.º 22/14, DATADO DE 22/01/2014 – RODRIGO ALVES LAVOS

964 - Presente requerimento n.º 1695/14, datado de 2014/11/06, constante do processo camarário n.º 22/14, subscrito por **RODRIGO ALVES LAVOS**, com o NIF 125683120, com residência na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao **pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo”** existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.774 da freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente pareceres técnicos dos serviços, datados de 2014/11/11 e de 2014/11/18, referentes, respetivamente, ao aditamento entregue e aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de habitação, comércio e anexo” existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.870 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.774 da freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 22/14, com data de entrada em 2014/01/22, apresentado por RODRIGO ALVES LAVOS, com o NIF 125683120, com residência na Rua Principal, n.º 95, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Instalação da bateria de recetáculo postal domiciliário executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**
- 2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais delibera informar:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

11 - REQ. N. 1669/14, DATADO DE 31/10/2014 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013 – AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA

965 - Presente pedido de **licenciamento de alteração de uma moradia (legalização), obra de construção de anexo (legalização) e o licenciamento de obras de construção de muro de vedação**, no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.359, da referida freguesia de Vieira de Leiria, respeitante ao processo n.º 452/13, com registo de entrada de 2013/12/09, apresentado por **AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA**, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/03/20;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2014/11/17, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites;

Após a análise do pedido de licenciamento de alteração de uma moradia (legalização), obra de construção de anexo (legalização) e o licenciamento de obras de construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.359, da referida freguesia de Vieira de Leiria, respeitante ao processo n.º 452/13, com registo de entrada de 2013/12/09, apresentado por **AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA**, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2014/03/20 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, **DEFERIR o mesmo.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 – Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

4 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1769/14, DATADO DE 19/11/2014 – PC N.º 85/13 , DATADO DE – LUÍS ANTÓNIO RAMOS GOMES

966 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1769/14, datado de 19/11/2014, apresentado por **LUIS ANTÓNIO RAMOS GOMES**, com o NIF 182593126, com morada em Rua da República, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 85/13.

Presente pareceres técnico datados de 20/11/2014 e 21/11/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua da República, n.º 4, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **LUIS ANTÓNIO RAMOS GOMES**, com o NIF 182593126, com morada em Rua da República, n.º 4, lugar de Picassinós , freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1782/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 231/14 , DATADO DE 30/06/2014
– MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO

967 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1782/14, datado de 21/11/2014, apresentado por **MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO**, com o NIF 193402882, com morada em Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 231/14.

Presente parecer técnico datado de 21/11/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MARIA EUGÉNIA DE SOUSA NETO, com o NIF 193402882, com morada em Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 44, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1784/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 163/14 , DATADO DE 15/05/2014
– HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE

968 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1784/14, datado de 21/11/2014, apresentado por **HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE**, com o NIF 740539540, representado por Rui Manuel Ribeiro Santos, com o NIF 121828670, com morada em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 163/14.

Presente parecer técnico datado de 21/11/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Travessa do Cardal, n.º 4, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **HELENA GIL RIBEIRO - CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE, com o NIF 740539540, representado por Rui Manuel Ribeiro Santos, com o NIF 121828670, com morada em Rua dos Eucaliptos, n.º 16, freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:**

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1735/14, DATADO DE 12/11/2014 – PC N.º 552/2014, DATADO DE 12/11/2014
– BRIGITTE DE JESUS FERNANDES

969 - Presente requerimento registado sob o n.º 1735/14, datado de 12/11/2014, em apreço, apresentado por **BRIGITTE DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 209967790, residente em Rua da Fonte Velha, n.º 23, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante a um pedido de vistoria à fração correspondente ao primeiro andar esquerdo do edifício sito na Rua da Fonte Velha, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, imóvel do qual é arrendatário, de forma a verificar as condições de segurança e salubridade.
Presente parecer dos serviços, datado de 29/04/2014, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 29/04/2014, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao primeiro andar esquerdo do imóvel sito na Rua da Fonte Velha, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **BRIGITTE DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 209967790, residente em Rua da Fonte Velha, n.º 23, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 17/12/2014, pelas 17h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

1) **Membros efetivos:**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Vasco Fernandes

2) **Membros suplentes:**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Dra. Eunice Marques

Informar o proprietário do rés-do-chão esquerdo do edifício, Sr. Carlos Manuel de Oliveira Carvalho, da realização da vistoria e solicitar a colaboração para viabilizar a eventual verificação das anomalias mencionadas pela requerente, designadamente, acendendo a lareira que, alegadamente, conduz à entrada de fumo na habitação da D. Brigitte Fernandes.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Informar a requerente que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1718/14, DATADO DE 2014/11/10 – PC N.º 375/12, DATADO DE 28/12/2012 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA

970 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de **“ampliação e alteração de um edifício destinado a habitação”**, sito na Travessa do Mar, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.135 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.546-P, da referida freguesia de Vieira de Leiria, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 375/12, de 28/12/2012, cuja arquitetura foi aprovada em reunião de Câmara de 4 de Abril de 2013 tendo o processo sido aprovado a 22/04/2013 e a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 57/13, de 08/05/2013;.

Presente requerimento n.º 1718/14, de 10 de novembro de 2014, apresentado por **JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA**, com o NIF 128566949, residente na Rua da Capela n.º 6, Travasso, 3100- 424 Pombal, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara delibera:

DEFERIR o pedido apresentado por JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA, com o NIF 128566949, residente na Rua da Capela n.º 6, Travasso, 3100-424 Pombal e MANDAR EMITIR CERTIDÃO que refira que o edifício sito na Travessa do Mar, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2135 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5546-P, da freguesia de Vieira de Leiria, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 375/12, de 28/12/2012, cuja arquitetura foi aprovada em reunião de Câmara de 4 de Abril de 2013, tendo o processo sido aprovado a 22/04/2013 e a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 57/13, de 08/05/2013 cumpre os requisitos legais necessários para que possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

**17 - REQ. N. 1369/12, DATADO DE 17/08/2012 – PC N.º 130/10, DATADO DE 31/05/2010 –
CECÍLIA MARIA DIAS FERREIRA e CARLOS MANUEL DA CONCEIÇÃO SILVA**

971 - Presente processo n.º 130/10, com registo de entrada de 2010/05/31, referente a pedido de **licenciamento de obra de alteração de estabelecimento de restauração e bebidas**, para a fração D do edifício de habitação e comércio sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 13, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, registada na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16.728 - D e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.463, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **CECÍLIA MARIA DIAS FERREIRA**, e por **CARLOS MANUEL DA CONCEIÇÃO SILVA**, com NIF 204493447 e NIF 183462637 respetivamente, ambos residentes na Rua dos Castanheiros, n.º 48, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, com aprovação final por deliberação camarária tomada na reunião de 2011/08/18.

Presente informação técnica datada de 2014/11/14, sobre o limite do prazo concedido aos requerentes para requererem a emissão do respetivo alvará, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, prazo esse prorrogado a requerimento dos interessados, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do RJUE e aumentado para o dobro ao abrigo do regime excecional de extensão dos prazos previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

A Câmara Municipal analisou a referida informação datada de 2014/11/14 e:

- 1- Considerando que os interessados, **CECÍLIA MARIA DIAS FERREIRA**, e **CARLOS MANUEL DA CONCEIÇÃO SILVA**, com NIF 204493447 e NIF 183462637 respetivamente, ambos residentes na Rua dos Castanheiros, n.º 48, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, foram notificados da deliberação final do pedido de **licenciamento de obra de alteração de estabelecimento de restauração e bebidas**, a que corresponde o processo n.º 130/10, com registo de entrada de 2010/05/31, incidente sobre a fração D do edifício de habitação e comércio sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 13, lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande, registada na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16728 - D e inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.463, da referida freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião de Câmara Municipal, datada de 2011/08/18, através do ofício n.º 740/11, de 2011/08/23, rececionado em 2011/09/12;
- 2- Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação os interessados tinham o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção ou seja até 2012/09/13, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- 3- Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2012/08/29, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do RJUE, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 743/12, de 2012/09/04 e rececionado em 2012/09/07;
- 4- Considerando que o prazo para requerer a emissão do alvará de licença foi elevado ao dobro pelo regime excecional de extensão dos prazos, nos termos do n.º 3 artigo 3º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;
- 5- Considerando que o interessado tinha até ao dia 2014/09/13 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
- 6- Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística nos termos do nº 2 do artigo 71.º do RJUE;
- 7- Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente ao processo n.º 130/10, com registo de entrada de 2010/05/31, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração de estabelecimento de restauração e bebidas, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, para nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, notificar os requerentes, CECÍLIA MARIA DIAS FERREIRA e CARLOS MANUEL DA CONCEIÇÃO SILVA, com NIF 204493447 e NIF 183462637 respetivamente, ambos residentes na Rua dos Castanheiros, n.º 48, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciarem, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1464/13, DATADO DE 13/09/2013 – PC N.º 168/11, DATADO DE 02/05/2011 – CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA

972 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incluindo a demolição de edificação existente*", a que foi atribuído o número de processo 168/11, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA, com o NIF 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.
Presente informação técnica datada de 2014/11/10.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/11/10, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA**, com o NIF n.º 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º Y, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de ***“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incluindo a demolição de edificação existente”***, a que foi atribuído o número de processo 168/11, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2011/09/29, comunicada através do ofício n.º 842/11, de 2011/09/30, rececionado em 2011/10/10;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2012/10/11 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);

3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 663/12, de 2012/07/30, rececionado em 2012/08/06;

4. Considerando que a interessada tinha até ao dia 2013/10/11 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

5. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, a pedido da interessada, por mais um ano, por despacho datado de 2013/09/16, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, comunicado à interessada pelo ofício n.º 966/13, de 2013/09/24 e rececionado em 2013/09/30.

6. Considerando que a interessada tinha até ao dia 2014/10/11 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

7. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;

8. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, a que foi atribuído o número de processo 168/11, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17941 e inscrito na matriz predial sob o n.º 609, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA, com o NIF 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º Y, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de declaração de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 362/11, DATADO DE 17/02/2011 – PC N.º 24/08, DATADO DE 14/01/2008 – SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A

973 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício destinado a comércio/serviços*”, a que foi atribuído o número de processo 24/08, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8300 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 9820, da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A.**, NIPC 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa.

Presente deliberação camarária datada de 2014/10/16, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2014/11/24, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/11/24, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, **SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A.**, NIPC n.º 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, foi notificada da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de edifício destinado a comércio/serviços*”, a que foi atribuído o número de processo 24/08, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.300 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9.820, da freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/03/04, comunicada através do ofício n.º 263/10, de 2010/03/09, rececionado em 2010/03/12;

2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/03/13 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
3. Considerando que a requerente solicitou em 2011/02/17, a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido, pelo período de 12 meses, para requerer o respetivo alvará, tendo sido deferido por despacho datado de 2011/03/31, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, comunicado à interessada pelo ofício n.º 296/11, de 2011/04/13 e rececionado em 2011/04/19;
4. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, terminando em 2013/03/13 o prazo para requerer o respetivo alvará de construção, comunicado à interessada pelo ofício n.º 328/13, de 2013/04/04 e rececionado em 2013/04/05;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerado que, através do ofício nº1133/14, de 22/10/2014, rececionado em 29/10/2014, a sociedade interessada foi notificada do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
7. Considerando que foi concedido o prazo de 15 dias sobre a data da receção da notificação, para que fossem apresentadas as alegações que entendessem pertinentes, ou seja até 20/11/2014;
8. Considerando que durante este prazo a sociedade titular do processo nada alegou;
9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença referente ao processo n.º 24/08, para a realização da obra de “*Construção de edifício destinado a comércio/serviços*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Estrada da Nazaré, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 8.300 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 9.820, da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por SILVIP – SOCIEDADE GESTORA DO FUNDO DE VALORES E INVESTIMENTOS PREDIAIS (FUNDO VIP), S.A., NIPC 501870423, com sede na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6, 7.º andar, 1050-121 Lisboa, freguesia de Coração de Jesus, concelho de Lisboa, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

20 - REQ. N. 2389/11, DATADO DE 25/11/2011 – PC N.º 465/05, DATADO DE 27/06/2005
– JOSÉ DOS SANTOS FARIA

974 - Presente processo de licenciamento relativo à “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, a que foi atribuído o número de processo 465/05, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 37, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 630, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **JOSÉ DOS SANTOS FARIA**, com o NIF 164761543, com residência na Travessa do Barqueiro, n.º 1, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande. Presente deliberação camarária datada de 2013/03/21, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2014/11/10, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações referentes àquela intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/11/10, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado, **JOSÉ DOS SANTOS FARIA**, com o NIF 164761543, com residência na Travessa do Barqueiro, n.º 1, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, a que foi atribuído o número de processo 465/05, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 37, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 630, tomada em reunião camarária de 2009/09/17, comunicada através do ofício n.º 1496/09, de 2009/09/21, rececionado em 2009/09/22;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2010/09/23 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2010/09/23, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º do RJUE, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 1110/10, de 2010/09/30 rececionado em 2010/10/06;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2011/09/23 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

5. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho datado de 2012/01/10, nos termos do n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 44/12, de 2012/01/19.
6. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2012/09/23 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
7. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
8. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença referente ao processo n.º 465/05, para a realização da “*Operação de loteamento urbano com obras de urbanização*”, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 37, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 630, da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por JOSÉ DOS SANTOS FARIA, com o NIF 164761543, com residência na Travessa do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 814/12, DATADO DE 11/05/2012 – PC N.º 128/10, DATADO DE 31/05/2010 – ACÁCIO DA SILVA SANTOS

975 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de uma moradia e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 128/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.948 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.413, da referida freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **ACÁCIO DA SILVA SANTOS**, com o NIF 237938030, com residência na Rua Dr. Manuel António da Costa (antiga Rua I), n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/10/02, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2014/11/25, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2014/11/25, e tendo verificado que, depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado, **ACÁCIO DA SILVA SANTOS**, com o NIF 237938030, com residência na Rua Dr. Manuel António da Costa (antiga Rua I), n.º 23, lugar Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de **“Construção de uma moradia e muros de vedação”**, a que foi atribuído o número de processo 128/10, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.948 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.413, da freguesia de Vieira de Leiria, tomada em reunião camarária de 2011/03/24, comunicada através do ofício n.º 389/11, de 2011/05/16, rececionado em 2011/05/23;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2012/05/24 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Presidente da Câmara datado de 2012/05/18, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo 76.º do RJUE, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 469/12, de 2012/05/22 e rececionado em 2012/05/24;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2013/05/24 para requerer a emissão do respetivo alvará, sem que até à data o tenha feito;
5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
6. Considerado que, através do ofício nº 1058/14, de 03/10/2014, rececionado em 08/10/2014, o interessado foi notificado do projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;
7. Considerando que foi concedido o prazo de 15 dias sobre a data da receção da notificação, para que fossem apresentadas as alegações que entendesse pertinentes, ou seja até 30/10/2014;
8. Considerando que durante este prazo o titular do processo nada alegou;
9. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença referente ao processo n.º 128/10, para a realização da obra de “*Construção de uma moradia e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Manuel Balseiro Guerra, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2948 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 5413, apresentado por ACÁCIO DA SILVA SANTOS, com o NIF 237938030, com residência na Rua Dr. Manuel António da Costa (antiga Rua I), n.º 23, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1571/14, DATADO DE 20/10/2014 – PC N.º 88/10, DATADO DE 30/04/2010 – JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA

976 - Presente requerimento n.º 1571/14, de 20-10-2014, apresentado por sociedade JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA, número de identificação fiscal 501 932 917, com sede na Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 27, r/c, Salgueiro, 2430 – 298 Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 88/10, para o qual foi emitido o Alvará de Loteamento n.º 41/11, de 18 de maio, e que respeita à construção de moradia com obras de urbanização, sita na Rua da Beira Baixa, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, com vista à sua receção provisória e à libertação do montante de até 90% do valor da garantia bancária n.º 00125-02-1804549, do Banco Comercial Português, prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Presente relatório de vistoria, da Comissão de Vistorias, referindo que é possível proceder à receção provisória das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de câmara de 16 de outubro de dois mil e catorze;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria propondo a receção provisória das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, a Câmara delibera:

1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas executadas no âmbito do processo de licenciamento de construção de edifício e muros com obras de urbanização, n.º 88/10 titulado por sociedade JOAQUIM ALVES DA CRUZ, LDA, com o número de identificação de pessoa coletiva 501 932 917, com sede na Rua Guilherme Pereira Roldão, n.º 27, r/c, lugar de Salgueiro, freguesia e concelho de

Marinha Grande, incidente sobre o prédio sito na Rua da Beira Baixa, lugar de Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 12.127 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo numero 1388 da respetiva freguesia, nomeadamente requalificação do troço de arruamento contíguo ao prédio objeto da operação urbanística, com execução de passeio, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de 13 de novembro de 2014, uma vez que as mesmas se encontravam executadas de acordo com os respetivos projetos das de alteração das obras de urbanização aprovadas por deliberação camarária tomada na reunião de 16 de outubro de 2014.

2) MANDAR LIBERTAR o montante de 5.346,20€ (cinco mil trezentos e quarenta e seis euros e vinte cêntimos), que correspondem a 90% do montante atual da garantia bancária n.º 00125-02-1804549, do Banco Comercial Português, S.A., no montante inicial de 10.104,80€ (dez mil cento e quatro euros e e oitenta cêntimos), prestada pela requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, cujo montante inicial foi reduzido por deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/10/2014, na sequência da aprovação das alterações apresentadas às referidas obras de urbanização, ficando retido o montante de 594,02€ (quinhentos e noventa e quatro euros e dois cêntimos) até à receção definitiva das obras de urbanização, conforme quadro abaixo.

3)

Motivo da Redução	Montante inicial	Valor da redução	Montante Remanescente
Aprovação das alterações (reunião de Câmara de 16/10/2014)	10104,8	4.164,58 €	5.940,22 €
Receção provisória das obras de urbanização	5.940,22 €	5.346,20 €	594,02 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 1757/14, DATADO DE 14/11/2014 – PC N.º 409/14, DATADO DE 14/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

977 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1757/14, datado de 14/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.º de Dezembro, n.º 12 lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 17/10/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 3,00 metros de betuminoso, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua 1.ª de Dezembro, n.º 12 lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1785/14, DATADO DE 21/11/2014 – PC N.º 412/14, DATADO DE 21/11/2014 – LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

978 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1785/14, datado de 21/11/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 205,00 metros para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo Rua Guilherme Pereira Roldão e Beco da Rua Guilherme Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 07/11/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala numa extensão de 205,00, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Guilherme Pereira Roldão e Beco da Rua Guilherme Pereira Roldão freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A travessia da Rua Guilherme Pereira Roldão deve ser executada fora da zona do pavimento betuminoso aplicado recentemente no âmbito da empreitada de requalificação da Rua Guilhermino Marques, devendo ser realizada na zona da junta de ligação dos betuminosos.
- b) Quanto à execução da restante rede de gás ao longo do arruamento, deverá ser realizada vala na zona de passeio ou gare de estacionamento.

- c) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- d) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 1628/14, DATADO DE 27/10/2014 – PC N.º 373/14, DATADO DE 27/10/2014 – VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.

979 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1628/14, datado de 27/10/2014, apresentado por VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., para a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em infraestruturas já existentes, numa extensão de 1.458,00 metros, a levar a efeito em diversas ruas do concelho, designadamente, na Avenida Vitor Gallo, Rua Diogo Stephens, Rua 18 de Janeiro de 1934 e Avenida José Gregório, todas da Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 13/11/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de ocupação da via pública apresentado VODAFONE TELECEL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., para a realização de trabalhos respeitantes a execução de rede de distribuição de televisão por cabo, com a passagem cabo de fibra ótica em infraestruturas já existentes, numa extensão de 1.458,00 metros, a levar a efeito em diversas ruas do concelho, designadamente, na Rua Diogo Stephens, Rua 18 de Janeiro de 1934 e Avenida José Gregório, todas da Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Em todas as caixas de visita abertas, sempre que as mesmas não se encontrem em boas condições, deve ser promovida a sua substituição.
- b) A execução dos trabalhos deve ser acompanhada pelos serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, pelo que deverão promover previamente contacto com os referidos serviços.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Informar a entidade requerente que, no que diz respeito à execução de trabalhos na Avenida Vitor Gallo, uma vez que se trata de uma estrada nacional (EN242), esta artéria está sob a gestão das Estrada de Portugal, S.A., pelo que deverá ser solicitada autorização a essa entidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 2035/13, DATADO DE 12/12/2013 – PC N.º 486/2013, DATADO DE 12/12/2013 – PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.

980 - Presente requerimento n.º 2035/13, datado de 12/12/2013, apresentado pela sociedade **PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA.**, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria ao espaço de jogo e recreio, existente nas instalações do estabelecimento “Os Kanitos”, sito na mesma morada, conforme disposto no artigo 32.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/209, de 19 de maio, que o republica.

Presente deliberação e Câmara, tomada na reunião de 30 de outubro de 2014, a determinar a realização da vistoria ao espaço de jogo e recreio sito no estabelecimento “Os Kanitos” e a constituição de uma comissão técnica para a realização da mesma.

Presente relatório de vistoria da comissão técnica nomeada para o efeito, datado de 18/11/2014, propondo, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do já citado diploma, a aplicação da medida cautelar de suspensão imediata da utilização do espaço de jogo e recreio por o mesmo, nas condições atuais, oferecer riscos de segurança para os seus utilizadores.

É, igualmente, proposto no relatório, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 33.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/209, de 19 de maio, que o republica, a retirada, no prazo de 15 dias, dos equipamentos de jogo e recreio existentes no espaço (torre com plataforma de escorrega e equipamento de baloiço), por oferecerem riscos para a segurança dos seus utilizadores, não serem adequados à faixa etária a que se destinam e não se encontrarem homologados.

Após análise da pretensão apresentada pela sociedade requerente, considerando o relatório da comissão técnica que realizou a vistoria, a Câmara delibera:

APLICAR A MEDIDA CAUTELAR DE SUSPENSÃO IMEDIATA DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DE JOGO E RECREIO, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/209, de 19 de maio, que o republica, sito nas instalações do estabelecimento “OS Kanitos”, na Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, da responsabilidade da sociedade PALCO DE BRINCADEIRAS, LDA., com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 508 381 703, com sede na Rua do Guilherme, n.º 59, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, por o mesmo colocar em risco a segurança dos seus utilizadores, conforme relatado no

relatório de vistoria datado de 18 de novembro de 2014, cujos fundamentos de facto e de direito se dão aqui por integralmente reproduzidos, e se anexa à presente deliberação. MANDAR RETIRAR, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 33.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 119/209, de 19 de maio, que o republica, no prazo de 15 dias, os equipamentos de jogo e recreio existentes (equipamento multifunções – torre com plataforma de escorrega e equipamento de baloiço), por os mesmos oferecerem riscos para a segurança dos seus utilizadores, não serem adequados à faixa etária a que se destinam e não se encontrarem homologados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 1555/14, DATADO DE 17/10/2014 – PC N.º 487/2014, DATADO DE 17/10/2014 – ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES

981 - Presente pedido, com registo de entrada n.º 1555/14, datado de 17-10-2014, apresentado por ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES, residente da Rua dos Vidraceiros, n.º 20, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Deolinda da Luz, em que é solicitada a emissão de parecer para celebração de escritura de partilha de herança de que resultará a constituição de compropriedade de um prédio rústico.

Presente informação jurídica sobre o assunto datada de 21-11-2014.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES, residente da Rua dos Vidraceiros, n.º 20, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Deolinda da Luz, em que é solicitada a emissão de parecer para celebração de escritura pública de partilha de um prédio rústico, bem como a informação jurídica datada de 21-11-2014, sobre o assunto, e concordando com a mesma, que aqui dá por integralmente reproduzida e que anexa à presente deliberação, delibera emitir, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto que a republicou, Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro e Lei n.º 79/2013, de 26 de dezembro, parecer favorável à celebração da dita escritura, de que resultará a constituição de compropriedade, a favor de Cecília da Luz Rodrigues Simões e Alzira da Luz Rodrigues Paiva Simões, do prédio rústico registado na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis da Marinha Grande, sob o n.º 17799 e inscrito na matriz sob o n.º 6628, em nome de José de Sousa Rodrigues, casado com Deolinda da Luz, por a celebração do dito negócio, não indiciar uma fuga ao regime jurídico dos loteamentos.

Mais delibera informar a requerente que este parecer se destina, apenas, à celebração da referida escritura e não a quaisquer outros atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

número de compartes de outros prédios rústicos, de que as referidas herdeiras sejam outorgantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - REQ. N. 1556/14, DATADO DE 17/10/2014 – PC N.º 488/2014, DATADO DE 17/10/2014 – ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES

982 - Presente pedido, com registo de entrada n.º 1556/14, datado de 17-10-2014, apresentado por **ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES**, residente da Rua dos Vidraceiros, n.º 20, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Deolinda da Luz, em que é solicitada a emissão de parecer para celebração de escritura de partilha de herança de que resultará a constituição de compropriedade de um prédio rústico.

Presente informação jurídica sobre o assunto datada de 21-11-2014.

A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por **ALZIRA DA LUZ RODRIGUES PAIVA SIMÕES**, residente da Rua dos Vidraceiros, n.º 20, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cabeça de casal da herança aberta por óbito de Deolinda da Luz, em que é solicitada a emissão de parecer para celebração de escritura pública de partilha de um prédio rústico, bem como a informação jurídica datada de 21-11-2014, sobre o assunto, e concordando com a mesma, que aqui dá por integralmente reproduzida e que anexa à presente deliberação, delibera emitir, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto que a republicou, Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro e Lei n.º 79/2013, de 26 de dezembro, parecer favorável à celebração da dita escritura, de que resultará a constituição de compropriedade, a favor de Cecília da Luz Rodrigues e Alzira da Luz Rodrigues Paiva Simões, do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 6626, da freguesia da Marinha Grande, constante da relação de bens anexa ao comprovativo de participação de transmissões gratuitas (imposto de selo), por a celebração do dito negócio, não indiciar uma fuga ao regime jurídico dos loteamentos.

Mais delibera informar a requerente que este parecer se destina, apenas, à celebração da referida escritura e não a quaisquer outros atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de outros prédios rústicos, de que as referidas herdeiras sejam outorgantes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2015 /
APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA
PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO**

983 - Presente ofício da Agência Portuguesa do Ambiente com referência SO56792-201411-ARHCTR registado com a entrada n.º 9368/2014 de 12 novembro 2014, solicitando que a Câmara Municipal nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, manifeste o interesse em manter as condições para a prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, para as águas balneares já identificadas bem como possíveis propostas para novas águas balneares para a época 2015.

É igualmente solicitado a definição da duração da época balnear — artigo 5.º da legislação referida anteriormente.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território Divisão, IM/75/2014, datada de 20 Novembro 2014.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, a Câmara delibera informar que nos termos do número 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º135/2009 de 3 de Junho com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, *“competem à APA, I. P., proceder à identificação anual das águas balneares, até 30 de novembro do ano precedente ao da época balnear em causa, com a colaboração das autarquias locais e das entidades responsáveis por descargas no meio hídrico e no solo”, as águas balneares costeiras*, com interesse em manter as condições da prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e assistência a banhistas, à semelhança dos anos anteriores, no Município da Marinha Grande são: a **Praia da Vieira** (ARHCentro), as Praias das **Pedras Negras**, **Praia Velha** e **S. Pedro de Moel** (ARH Tejo).

Mais se informa que de acordo com o preceituado no número 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, a duração da época balnear para cada água balnear é definida em função dos períodos em que se prevê uma grande afluência de banhistas, tendo em conta as condições climatéricas e as características geofísicas de cada zona ou local, e os interesses sociais ou ambientais próprios da localização.

Desta forma tendo em conta o exposto anteriormente e ao balanço da época balnear de 2014, **propõe-se a duração da próxima época balnear 2015 de 15 de Junho a 15 de Setembro.**

Relativamente à informação de *“...quais as expectativas, de nas praias do Município, ficar assegurada a segurança dos banhistas na próxima época balnear de 2014...”*, a câmara delibera informar, que à semelhança dos anos anteriores, ao serem definidas as épocas balneares é fixado o período de tempo ao longo do qual vigora a obrigatoriedade de garantia da assistência aos banhistas e encontrando-se as praias do município concessionadas — sendo que uma Praia concessionada é uma área de uma praia

relativamente à qual é licenciada ou autorizada a prestação de serviços a utentes por entidade privada (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto) em que o Concessionário é o titular de licença ou autorização para a exploração de equipamentos ou instalações balneares, mediante o pagamento de uma taxa, bem como prestação de determinados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes da praia (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto), o Município da Marinha Grande espera o cumprimento das obrigações cometidas a cada uma das entidades.

Deste modo a Câmara analisou e delibera por unanimidade comunicar até ao dia 30 de novembro à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Tejo e ARH Centro, a presente deliberação.

30 - ALTERAÇÕES AO ZONAMENTO E COEFICIENTES DE LOCALIZAÇÃO PARA CÁLCULO DO VALOR PATRIMONIAL TRIBUTÁRIO (CÓDIGO DO IMI) – NOMEAÇÃO DE TÉCNICO – INTERLOCUTOR JUNTO DOS SERVIÇOS LOCAIS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

984 - Presente mail da Associação nacional de Municípios Portugueses registado com a entrada n.º 9544/2014 de 19 novembro 2014, solicitando no âmbito do processo de revisão/atualização do zonamento municipal previsto no art.º 62º do Código do IMI e que se prevê que entre em vigor em 2015, que cada Município, por deliberação da respetiva Câmara Municipal, deve nomear um técnico com habilitações adequadas, para servir de interlocutor junto dos serviços locais da Autoridade Tributária e coadjuvâ-los, nomeadamente na fixação do zonamento.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território Divisão, IM/76/2014, datada de 21 Novembro 2014.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, a Câmara delibera nomear como interlocutora junto dos serviços locais da Autoridade Tributária e coadjuvâ-los, nomeadamente na fixação do zonamento a Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Maria dos Santos Pinto Marrazes.

Deste modo a Câmara analisou e delibera por unanimidade comunicar até ao dia 2 de dezembro, a presente deliberação.

31 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VEÍCULO AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS - REQUERENTE: VALTER RICARDO PINTO LEITE – APRECIÇÃO - PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA

985 - Presente Informação jurídica n.º 1620/2014, de 17.11.2014, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo III);

Presente informação da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 02.05.2014 (anexo II);

Presente requerimento, enviado via e-mail por Valter Ricardo Pinto Leite, com o registo de entrada n.º 3164/2014, de 15.04.2014, no qual junta cópia de uma declaração por si subscrita junto da Guarda Nacional Republicana em 06.04.2014, descrevendo um acidente de viação na Rua Principal da Garcia, perto do n.º 137, e cópia de uma Fatura/Recibo emitida em 07.04.2014 no valor de 31,85 €, pela Sociedade Feu Vert Portugal – Peças e Acessórios Automóveis Unipessoal, Lda, respeitante a reparação num veículo automóvel, marca Skoda Fabia, em nome de Valter Leite, e requer indemnização no valor total de 31,85 € correspondente ao valor de reparação do dano alegadamente causado no referido veículo automóvel, em 06.04.2014, ao embater num buraco existente na Rua Central da Garcia, frente ao n.º 137, freguesia da Marinha Grande, sentido Marinha Grande/Monte Real. (anexo I).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 1620/2014, de 17.11.2014, que fica anexa à presente ata (Anexo I) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Valter Ricardo Pinto Leite do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

986 - O Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do 3º Corta Mato do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras ;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para o evento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Presente informação nº 84/AF de 25 de novembro de 2014, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar o Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído e da autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - ANULAÇÃO DA GUIA DE RECEITA N.º 12550, EMITIDA NO ÂMBITO DO SINISTRO DE MARIA DA CONCEIÇÃO CALDEIRA RAMA MORAIS, NA SEQUÊNCIA DE UM ACIDENTE DE TRABALHO.

987 - Presente I/1357/2014, dos serviços de Recursos Humanos, elaborada na sequência de alerta da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação efetuado através de email, datado de 12 de setembro.

Analisada a questão, e conforme consta da informação, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, os serviços concluíram que se tratava de uma duplicação originada por lapso.

Considerando que a guia emitida posteriormente (n.º 12644, de 11 de junho) foi recebida, resta-nos agora proceder à anulação da primeira guia, que data de 6 de junho, e tem o n.º 12550.

Neste sentido, e após apreciação do exposto, a Câmara Municipal delibera anular a guia de receita n.º 12550, relativa a acerto de indemnização de acidente de trabalho referente à trabalhadora, Maria Conceição Morais, processo de sinistro n.º 1000314768, por a mesma se encontrar em duplicado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - ANULAÇÃO DA GUIA DE RECEITA N.º 4203/2012, EM NOME DO TRABALHADOR ORLANDO ERMIDA DA SILVA MOLEIRINHO, REFERENTE A FOTOCÓPIAS DE EXCLUSIVA POSSE DA CMMG.

988 - Presente l/1661/2014, dos serviços de Recursos Humanos, elaborada na sequência de alerta da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação em como se encontra por receber a guia n.º 4203/2012, emitida em 20 de abril.

Analizada a questão, e conforme consta da informação, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, os serviços concluíram que não foram encetados todos os procedimentos administrativos tendentes à anulação da referida guia.

Neste sentido, e após apreciação do exposto, a Câmara Municipal delibera anular a guia de receita n.º 4203/2013, em nome do trabalhador Orlando Ermida da Silva Moleirinho, referente a fotocópias de exclusiva posse da CMMG (informação 16/MF-RF, de 09-11-2011), considerando que por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 7 de maio de 2012, foi concedida a isenção da respetiva taxa, no valor de 17,43€.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - TESOURARIA MUNICIPAL – ATRIBUIÇÃO DO SALDO DE CAIXA (CAIXA 1) DA TRABALHADORA JANETE FERNANDES À TRABALHADORA VÂNIA SANTOS.

989 - Presente informação da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação na qual se propõe a afetação temporária da trabalhadora Vânia Filipa Rosa Vaz dos Santos, à área da Tesouraria, considerando todo o trabalho a realizar no mês de dezembro e a ausência por período indeterminado da tesoureira Janete Fernandes.

Conforme consta da informação, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, a trabalhadora Vânia Santos, executará todas as funções atribuídas à trabalhadora Janete Fernandes e inerentes à área da Tesouraria, à exceção da movimentação das contas bancárias.

Neste sentido, e após apreciação dos fundamentos, a Câmara Municipal delibera atribuir o saldo de caixa (caixa 1) da trabalhadora Janete Rato Fernandes à trabalhadora Vânia Filipa Rosa Vaz dos Santos, no valor de 282,21€ (duzentos e oitenta e dois euros e vinte e um cêntimos), pelo qual ficará responsável no período de substituição.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE DE EUGÉNIO PEREIRA FONTES – TRAVESSA DO MIRANTE – VIEIRA DE LEIRIA

990 - Considerando que foi possível chegar a acordo com Eugénio Pereira Fontes, NIF 159870445, em 21 de julho de 2004, relativamente ao prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 5221;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem do coletor pluvial e doméstico na sua propriedade, tendo como contrapartida a reconstrução dos muros a nascente e poente, a colocação de contador e entulhamento de poço afetado pela passagem das redes, com construção de novo poço em local a definir pelo proprietário.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor pluvial e doméstico no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 5221, a favor de Eugénio Pereira Fontes, obrigando-se a proceder à reconstrução dos muros a nascente e poente, colocação de contador e entulhamento de poço afetado pela passagem das redes, com construção de novo poço em local a definir pelo proprietário, conforme consta da ficha anexa (Anexo 2) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - PASSAGEM DE COLETOR PLUVIAL E DOMÉSTICO NA PROPRIEDADE FERNANDO MANUEL DE JESUS FERNANDES – ALBERGARIA

991 - Considerando que para o desenvolvimento da empreitada designada de “Rede de águas residuais domésticas e similares de Albergaria – 2ª fase” se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular para execução de coletor pluvial e doméstico;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Fernando Manuel de Jesus Fernandes, NIF 116 275 738, relativamente ao prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 445;

Considerando que o proprietário cede a servidão de passagem do coletor pluvial e doméstico e execução da caixa na sua propriedade, com a condição de o terreno e o muro ficarem como se encontram actualmente.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor pluvial e doméstico e execução da caixa, no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 445, a favor de Fernando Manuel de Jesus Fernandes, obrigando-se a manter o terreno e o muro como se encontram atualmente, conforme consta da ficha anexa (Anexo 3) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE “TRANSPORTES ESCOLARES E NO ÂMBITO DE PROJETOS EDUCATIVOS, PARA O ANO 2015”

992 - Presente a informação I/1587A/2014 e a requisição interna n.º 15586, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização dos serviços de “*Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, para o ano 2015*” à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A.

Considerando que a contratação desse serviço à Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. não carece de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, por se tratar de contratação excluída, considerando que:

“...a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

- a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.*
- b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior...”*

Atento o exposto e considerando que o município pode contratualizar a aquisição de serviços diretamente junto da Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços. No caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da TUMG, EM.
- A Empresa Municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação dos “*Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, para o ano 2015*”, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2014/A/178, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 270.650,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 7 do artigo 73.º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 4 do artigo 73.º da mesma Lei, isto é, não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: “*A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, entre si ou com entidades públicas empresariais;*”

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 33º, n.º 1, alínea f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- **Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 270.650,00€, acrescidos de IVA à taxa de 6%;**
- **Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;**
- **Excluir a celebração do contrato de “*Transportes escolares e no âmbito de projetos educativos, para o ano 2015*” de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente, não participando na discussão e votação, por incompatibilidade, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal, S.A..

39 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DA CASA DA CULTURA - TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS 2015 E 2016”.

993 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados

pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15411/2014 e informação I/1559/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura - Teatro Stephens para os anos 2015 e 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de limpeza, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem

caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o preço base a aplicar é de 24.224,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”*, na classificação orgânica/económica 06/020202 ação do PAM 2014/A/113.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para os *“Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura - Teatro Stephens para os anos 2015 e 2016”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

“Prestação de serviços para limpeza da Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4º - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUZ E SOM PARA EVENTOS E ESPETÁCULOS NA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PARA OS ANOS DE 2015 E 2016”.

994 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do

mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 15410/2014 e informação I/1558/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de luz e som em eventos e espetáculos, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas

com autonomia, sem carácter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/113.

Considerando que o preço base a aplicar é de 23.520,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, por não existir contrato com idêntico objecto celebrado no ano de 2013, não havendo, por este facto, termo de comparação.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para os *“Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de luz e som para eventos e espetáculos na Casa da Cultura – Teatro Stephens para os anos de 2015 e 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA OS ANOS DE 2015, 2016 E 2017”.

995 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos

requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 16081/2014 e informação CR.24/2014, da DISU - Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 13/10/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que em reunião camarária de 16-10-2014 foi deliberado, de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, e que por despacho do Sr. Presidente, datado de 4 de novembro de 2014 foi aberto o P.A. n.º 70/2014-AP/DISU, tendo sido adoptado o procedimento de Concurso Público nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos e o preço base a aplicar deliberado foi de 152.354,16 euros, a que corresponde o preço unitário por metro cúbico de 1,72€, ambos os valores a acrescer de IVA à taxa 6%. O preço base resultou da aplicação de redução remuneratória de 10% ao preço unitário do contrato vigente em 2013, de 1,91€, em cumprimento do preceituado no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Considerando que três empresas apresentaram declaração de não apresentação de proposta por o preço base de 152.354,16€ estabelecido no âmbito do P.A. N.º 70/2014-AP/DISU não permitir a prestação de um serviço de qualidade.

Considerando que, no âmbito do P.A. N.º 70/2014-AP/DISU, apresentaram proposta dois concorrentes, uma no valor total de 265.734,00€, a que corresponde o preço unitário de 3,00€ e outra no valor total de 186.013,80€, a que corresponde o preço unitário de 2,10€, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 6% e que ambas as propostas ultrapassaram o preço base de 152.354,16€, encontrando-se o processo em audiência prévia, perspectivando-se que seja determinada a não adjudicação do processo, após o término da mesma.

Considerando a dotação em plano de actividades municipais para os anos 2015, 2016 e 2017, na acção 2014/A/86 e o preço unitário de 2,10€ respeitante à proposta com o mais baixo preço apresentada no âmbito do P.A. N.º 70/2014-AP/DISU, os serviços da DISU emitiram a requisição interna n.º 16081/2014 e informação CR.24/2014, tendo apurado o preço base para o procedimento a iniciar de 152.355,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar.

Considerando que o procedimento a iniciar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que os serviços da DISU propõem a manutenção do procedimento a adotar no Concurso Público de acordo com o disposto nos

artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2016 e 2017 para a contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2014/A/86.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Recolha de efluentes domésticos no concelho da Marinha Grande para os anos de 2015, 2016 e 2017”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73 DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE E REABERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2015”

996 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei

n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos

requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73º, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014 e nos art.º 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte do contrato vigente em 2013.

Presente a requisição interna n.º 11644/2014 e informação I/1540/2014, ambas da DAM - Divisão de Administração e Modernização, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de canalizador, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 10/11/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público de acordo com o disposto nos artigos 16º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o preço base a aplicar é de 34.710,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conjugado com o art.º 2º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, atento contrato vigente em 2013, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015”*, nas classificações orgânica/económica 03/020225 e 03/070110, ação do PAM 2014/A/88 e do PPI 2014/I/170.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para a *“Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte e reabertura de abastecimento de água para o ano de 2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - REAPRECIACÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO À INQUILINA CAMARÁRIA MARIA BRÍZIDA JESUS AZEVEDO, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, 1ºD, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL

997 - Presente informação n.º 1556 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 04 de novembro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte da inquilina mencionada em epígrafe, por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Considerando que houve alteração no rendimento auferido por um elemento do agregado familiar, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 8,05€ (oito euros e cinco cêntimos) para 42,25€ (quarenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos).

Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO AO INQUILINO CAMARÁRIO MARCO PAULO FERREIRA SALVADO, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 3, 2ºC, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL

998 - Presente informação n.º 1555 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 04 de novembro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de diminuição do rendimento do agregado familiar.

Considerando que houve alteração no rendimento auferido pelo titular do contrato de arrendamento, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 20,73€ (vinte euros e setenta e três cêntimos) para 11,34€ (onze euros e trinta e quatro cêntimos).

Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APOIADA REFERENTE À TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO FOGO CORRESPONDENTE AO N.º 30, SITO NA RUA ADRIANO MARQUES NOBRE – DORA DE JESUS DA SILVA MARQUES - POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

999 - Presente informação n.º 1613 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 14 de novembro do corrente ano, referente à necessidade de reapreciação do valor da renda da habitação social, sita na morada em epígrafe.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos do agregado familiar em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda pode ser reajustada a todo o tempo, em função da alteração do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à reapreciação da renda de habitação social, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

Rua Adriano Marques Nobre:

MORADOR	N.º	DATA CONTRATO	RENTA/14 (JUL.º)	RENTA/14 (DEZ.º)
Dora de Jesus Silva Marques	30	29/07/2014	4,85€	124,63€

Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 124,63€ (cento vinte e quatro euros e sessenta e três cêntimos), calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir de 1 de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - ATUALIZAÇÃO DE RENDAS REFERENTES AO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, PRACETA DA LIBERDADE E RUA JÚLIO BRAGA BARROS, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA

1000 - Presente informação nº 1656 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 21/11/2014, referente à atualização anual das rendas de habitação social, do Bairro do Camarnal Velho, Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes nos seguintes quadros:

Camarnal Velho

MORADOR	FOGO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
Alda Silva Vasconcelos	Nº10	03/01/2007	86,85€	61,39€
Olímpia Oliveira Vicente	Nº11	01/07/2001	93,24€	94,17€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
4	Hélder Filipe P. Marques	3º Dto.	21/12/1995	4,85€	5,05€

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2014	RENTA 2015
5	Maria de Fátima Gomes de Almeida Batista	2ºA	22/12/2009	29,51€	57,54€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor durante o mês de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2014 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

Antes da votação da presente proposta a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou se há alguma razão para este pedido ter sido analisado em momento diferente de todos os outros que foram apreciados na reunião de 3 de abril ou de 30 de outubro?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** respondeu que se trata de falta de apresentação de documentos por parte das entidades.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

1001 - Presente informação n.º 1652/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 20 de novembro de 2014, na qual se dá conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade de 2014 e consequente atribuição de apoios as entidades do Concelho que se propuseram a desenvolver o Programa de Atividade Física da 3ª Idade de Janeiro a Dezembro do presente ano.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Atividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua atividade exclusivamente na mesma.

Considerando a atividade Física como um importante meio de prevenção e promoção da saúde dos idosos.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 4**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de no uso das atribuições dos tempos livres e desporto nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º e no uso das competências definidas pela alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro proceder à atribuição de um subsídio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) e aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Entidade	NIF	Valor
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2014/A/79 do Plano de Atividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2015.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de actividade física para a 3.ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta. Ou seja, entendo que seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza. Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha uma actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

48 - APRECIACÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 3º TRIMESTRE DO ANO 2014, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

1002 - Presente informação n.º 1655 datada de 21 de novembro de 2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação das candidaturas às crianças nascidas no 3º trimestre de 2014 do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e aprovado em reunião da Assembleia Municipal datada a 30 de abril de 2014.

Considerando que foram apresentadas 32 (trinta e duas) candidaturas a este incentivo;

Considerando que as condições de atribuição do incentivo estão consagradas no artigo 3.º do regulamento;

Considerando que o valor do incentivo é definido pela aplicação dos critérios constantes no artigo 4.º do regulamento;

Considerando que a candidatura, contendo todos os documentos obrigatórios, deverá ser entregue até 6 (seis) meses após o nascimento da criança, conforme disposto no n.º 1 do artigo 6.º do regulamento.

Considerando que a análise das candidaturas deve obedecer ao disposto no n.º 1 do artigo 9.º do referido regulamento: *“as candidaturas serão apreciadas no final de cada trimestre e deverão ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte (...)”*.

Considerando que os anexos constantes na informação condensam os processos originais que se encontram arquivados na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Considerando que existe dotação disponível na ação 2014/A/75 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 30 (trinta) candidaturas, constantes no anexo 1, e proceder ao pagamento do incentivo aos seguintes requerentes:

Nº	Nome do Requerente	NIF	Estimativa Pagamento 2014	Estimativa Pagamento 2015
1	Joana Patrícia da Silva Pereira	221285725	125,00	125,00
2	Vítor José Oliveira Fernandes	240087755	125,00	125,00
3	Susana Margarida Baroseiro Cruz	227569040	500,00	500,00
4	Sofia Maria Marques Nunes	195895649	125,00	125,00
5	Bruno Miguel da Costa Dias *	222058277	250,00	250,00
6	Vítor André Avelar Duarte	230051570	125,00	125,00
7	Cláudia Sofia Vicente Gomes	206573227	500,00	500,00
8	Sesinando Pereira da Silva Araújo	188898840	125,00	125,00

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

9	Sofia Oliveira de Freitas *	215998340	250,00	250,00
10	Telmo Romeu Santos Fernandes	227353994	125,00	125,00
11	Andreia Sofia da Silva Pereira	222954957	125,00	125,00
12	Michel Tomé Rodrigues	246091916	125,00	125,00
13	Inês Margarida Pedrosa Mendes	236309382	125,00	125,00
14	Angelique Pinto Pereira Granja	204811120	125,00	125,00
15	Vilma Teresa Vieira Duarte	223045969	125,00	125,00
16	Hugo Jorge Simõesinho Freire	220114293	125,00	125,00
17	Luís Miguel de Freitas da Silva	190094648	125,00	125,00
18	Filipa Marisa Jordão Fidalgo	229430155	125,00	125,00
19	Diana Marina Gomes Pereira	217207561	125,00	125,00
20	Jacinta Rodrigues Valério	229988385	125,00	125,00
21	Ana Teresa da Costa Santos	240679407	125,00	125,00
22	Teresa Margarida de Oliveira Deodato	230901620	500,00	500,00
23	Dário Abílio Guedes Pereira	198125038	125,00	125,00
24	Maria João dos Santos Almeida	223969079	125,00	125,00
25	Vanessa Margarida da Costa Bonita	232592390	125,00	125,00
26	Maria do Rosário Coelho Pereira	210630035	500,00	500,00
27	Amadeu Pereira Dias	215066375	125,00	125,00
28	Liliana Fazendeiro de Jesus	255718039	500,00	500,00
29	Ana Célia Bento Pedrosa	197536131	125,00	125,00
30	Vanda Cristina Serra Narciso	249077191	125,00	125,00

*Candidatura de gémeos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

Mais delibera definir as seguintes datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 12/12/2014
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 31/03/2015

Delibera ainda que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2014 ou 2015.

Delibera, por fim, propor o indeferimento de 2 (duas) candidaturas, constantes no anexo 2, pelos motivos aí referidos, concedendo aos requerentes, constantes no quadro infra, o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciarem sobre o mesmo, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nome do Requerente	NIF	Motivo de Indeferimento
Ana Paula Soveral Lopes Duarte	227499115	Rendimento global ultrapassa os 4 ordenados mínimos (SMN's)
Tânia Duarte Marques	224148885	Rendimento global ultrapassa os 4 ordenados mínimos (SMN's)

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

"Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento."

49 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – 2014/2015

Antes de a proposta ser posta a votação, verificaram-se algumas intervenções.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** colocou as seguintes dúvidas:

1. Quem é que verifica se os clubes que apresentam candidaturas reúnem os requisitos previstos nos “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara de 26/09/2002?
2. Como o processo vem a reunião de Câmara sem qualquer análise técnica depreende que a decisão da atribuição destes valores é meramente política.
3. Perguntou: o que fundamenta a definição dos valores atribuídos, qual o motivo pelo qual o clube de atletismo recebe menos 200€ do que o que recebera no ano anterior e os vidreiros mais 1080€, por exemplo? A informação não é clara.
4. Qual a razão pela qual este ano há clubes que não foram contemplados neste processo, como é o caso da Sociedade Desportiva e Recreativa do Pilado e Escoura, Sport Lisboa e Marinha, Sporting Clube Marinhense, a Associação Cultural e Recreativa da Comeira e Centro Recreativo e Cultural da Juventude de Casal d’Anja? Isto quer dizer que há outros pendentes? Até ao fim do ano podem surgir novas situações?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que não estão contemplados alguns clubes por falta de apresentação de documentos. No dia-a-dia a Câmara presta todo o apoio na obtenção e entrega dos documentos, e mesmo assim as associações têm muita dificuldade. Disse que não é uma decisão política, há uma informação técnica, só que não satisfaz a Sr.ª Vereadora.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que conhece os critérios de atribuição só que não concorda com eles, como já disse a seu tempo, tendo o **Sr. Vereador Vítor Pereira** informado que estava a preparar a sua adequação à realidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que ficou preocupado que haja buracos na lei que permitam a subsidiação a atletas de outros concelhos que aqui treinam e que não trazem qualquer resultado que não seja o imediato. Assim, pede para que a oposição seja envolvida na discussão do documento, de modo a que na altura em que venha à reunião de Câmara possa ser votado por unanimidade. Por último perguntou se já há prazo para o documento ser apresentado.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que a situação também lhe desagradava, pois entende que a Câmara deve apoiar a formação e não só a obtenção de resultados imediatos que não contribuem para o desenvolvimento do concelho. Anunciou que a discussão prévia vai ser feita não só com a oposição mas também com as entidades envolvidas. Sobre o calendário para apresentação disse que não pretende assumir uma data, porque já o fez e não cumpriu, e porque a realidade começou a ser diferente daquela que conhecia. Este amadurecimento acabou por ser positivo. Espera que sejam apresentadas algumas propostas nos primeiros meses do ano. As associações vão ser estrategicamente apoiadas e não de forma indiscriminada.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** saudou favoravelmente a atuação que visa fazer um trabalho estruturado e adequado à realidade social do concelho, informando que o Mpm contribuirá para essa estruturação.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse ao Sr. Vereador Vítor Pereira que não fica nada chocado com o atraso deste assunto, porque é muito delicado e tem que ver com muitas sensibilidades, lamentando apenas que este atraso não seja comunicado à comunidade e não só às entidades envolvidas nas reuniões. Por último deixou uma outra nota, para que se faça a discussão alargada a todos, em diversos pontos geográficos e em várias sessões, que deverão acontecer num tempo que permita concluir a todos que as suas sugestões ainda podem ser acolhidas e integradas no documento final.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

1003 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública, as verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os "*Critérios de Financiamento à Atividade Física*" aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 5**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
EAS - ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE	509495281	4.400,00 €
CLUBE DE ATLETISMO DE MARINHA GRANDE	503912530	9.200,00 €
CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	501395369	2.200,00 €
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	1.500,00 €
ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHENSE	501644300	3.050,00 €
FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”	501124683	3.630,00 €
GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”	500885044	2.702,00 €
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	16.254,00 €
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE CENTRO E CULTURA E DESPORTO	506889955	5.000,00 €
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	501056467	38.675,00 €
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	501417702	20.612,50 €

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2014/A/150 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:

- a) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002*

(os quais desconhecemos, dado que não nos foram facultados, e as actas disponíveis ao público no site se reportam ao período posterior a 5 de Janeiro de 2006). Para além do desconhecimento destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um "Programa de apoio a actividades com carácter anual".

- b) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, os quais se desconhecem como já referimos, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- c) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado, aquando da consulta do processo também nada constava no mesmo.
Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Porque motivos estas propostas apenas são apreciadas agora quando os requerimentos já datam de há muitos meses atrás, tendo efeitos retroactivos (reportando-se a Setembro'2014)? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

Conforme me enviado o processo e tendo por base a documentação consultada tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total, ou seja, não se percebe porque se atribui uma verba de 38.675,00€ à Sociedade de instrução e Recreio 1.º de Maio e 2.702,00€ ao Grupo Desportivo Os Vidreiros. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade. Contudo, quando isso não está justificado no processo o campo da discricionariedade é enorme.

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que somos favoráveis a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Por estas razões sou forçada a votar contra conforme fundamentos aqui expressos, designadamente porque há um desconhecimento total sobre os critérios a que o processo alude."

50 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA: ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE.

Antes de a proposta ser posta a votação, a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** colocou as seguintes dúvidas:

- ⇒ A Casa do Pessoal entregou três boletins de candidatura que deram entrada nos serviços a 6 de dezembro 2013, pelo que não se percebe a que diz respeito a proposta de subsídio, se:
- a) À festa de Natal, cabaz de Natal, jantar de Natal, animação de Natal, festa dos filhos dos associados, no valor de 19.450,00€?
 - b) À comemoração do S. Martinho/Castanhada, no valor de 100€?
 - c) À comemoração do dia da mulher e do dia do pai, no valor de 250€?

Ou será que o apoio em apreço é respeitante à festa de Natal de 2013 e festejos de 2014? É para pagar a execução do ano anterior ou é para assegurar as do ano de 2015?

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** respondeu, dizendo que o objeto do apoio está expresso no quadro que faz parte da proposta de deliberação.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

1004 - Considerando que, o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara respetivamente de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que, nos termos das deliberações de câmara de 16 de abril de 2014, foi aprovada a admissão das candidaturas, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando que, os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que, os municípios têm atribuições nos domínios da ação social, conforme o disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, compete aos municípios deliberar sobre a concessão do apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte da entidade beneficiária, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios;

Considerando que, a entidade a seguir indicada cumpre os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo;

Considerando que, o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, dispõe que as transferências a efetuar pelas autarquias às instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3.5% do somatório das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados inscritos na instituição beneficiária;

Considerando que, o valor do subsídio atribuído cumpre com os limites legais estabelecidos, dado que o limite apurado, ainda que não considere a totalidade dos associados inscritos, representa 93.650,81€.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com a competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
CASA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA DE NATAL	504190466	16.500,00€	2014/A/153

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade que se dá por reproduzida e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor porque entendo que o apoio é enquadrado na Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, art.º 33.º n.º1, alínea p) e no Decreto-Lei 13/2011, de 25 de janeiro, e não no regulamento municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado tratar-se de uma instituição constituída por trabalhadores municipais para fins culturais, recreativos e desportivos, ou que tenham como objectivo a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores municipais e aos seus familiares cujo Decreto-Lei 13/2011, de 25 de Janeiro, regula especificamente este tipo de apoios.”

51 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA DESPORTO

1005 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos da deliberação de Câmara datada de 16 de abril do corrente ano, foi aprovada a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio do desporto, conforme o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios o apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, de acordo com a alínea o) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	XII GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO	501254242	500,00€	A/152/2014
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	ATIVIDADES PONTUAIS DESPORTIVAS – BASQUETEBOL E ANDEBOL	501129430	500,00€	A/152/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios. Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

52 - CANDIDATURAS DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: ÁREA CULTURAL

1006 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e 14 de agosto de 2014, tendo sido esta última aprovada em sessão de assembleia municipal de 29 de setembro de 2014;

Considerando que nos termos das deliberações de Câmara datada de 16 de abril e de 16 de outubro do corrente ano, foram aprovadas a admissão das candidaturas, ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando que os apoios ou benefícios estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Considerando que os municípios têm atribuições no domínio da cultura, conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que compete aos municípios apoiar atividades de natureza, social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, de acordo com a alínea u) n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a atribuição dos apoios depende da demonstração, por parte de cada uma das entidades beneficiárias, da situação contributiva e tributária regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, para além do cumprimento das condições estipuladas em anteriores benefícios.

Considerando que as entidades a seguir indicadas cumprem os requisitos referidos no parágrafo anterior, de acordo com certidões em anexo.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, nos termos do artigo 15.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera ainda atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADE	OBJETO	NIF	VALOR A ATRIBUIR	RUBRICA PAM
SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º MAIO	FESTIVAL DE FOLCLORE	501056467	1.500,00€	A/129/2014
TEATRESCO GRUPO DE TEATRO	IX e X Festiv'Álvaro	508632188	750,00€	A/129/2014

A Câmara Municipal delibera, ainda, aprovar a minuta de contrato-programa a celebrar com as entidades beneficiárias, que se dá por reproduzida, e que contém previsão específica que assegure o cumprimento do disposto no artigo 22.º do Regulamento municipal.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Como já tivemos oportunidade de nos expressar por diversas vezes, quando se trata de atribuição de subsídios, a prática que o Município tem seguido na atribuição de subsídios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, não é clara, nem transparente. Estes processos vêm a reunião de Câmara sem uma informação justificativa, sem se perceber os motivos que fundamentam as atribuições de apoios e os critérios de racionalidade que supostamente deveriam estar na base da apreciação e justificariam a diferenciação dos montantes do apoio às associações/instituições.

Não é claro quantas entidades concorreram, porque não foram apoiadas, quais os eventuais critérios de exclusão do apoio, etc...

Continuamos a considerar que a prioridade neste trabalho passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações/instituições numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter. Atribuímos este subsídio, mas não foi apresentado qualquer justificação para que o faça, nem os critérios, e permite que muitos outros clubes questionem porque não são também contemplados, e porque não está garantida a equidade na atribuição dos apoios. Passou um ano sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento e sem se tomar em consideração as recomendações dos auditores às contas, quanto à necessidade de “rever o processo de atribuição de subsídios...”

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo e ao terceiro sector. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos. Por outro lado não decidimos em tempo razoável, para que as entidades saibam antecipadamente com que apoio poderão contar antes da realização da actividade ou evento.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

53 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e sete de novembro de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7.615.876,61€** (sete milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e setenta e seis euros e sessenta e um centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1007 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar o seguinte assunto:

**54. REQ. N. 694/13, DATADO DE 08/05/2013 – PC N.º 22/12 , DATADO DE 23/01/2012
– SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**54 - REQ. N. 694/13, DATADO DE 08/05/2013 – PC N.º 22/12 , DATADO DE 23/01/2012
– SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA.**

1008 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 694/13, datado de 08/05/2013, apresentado por **SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA.**, com o NIPC 506883256, com sede em Zona Industrial do Camponês, lote 28, freguesia de Chão de Couce e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 22/12.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 23/08/2013, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Moçambique, n.º 29, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SANTGM INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA., com o NIPC 506883256, com sede em Zona Industrial do Camponês, lote 28, freguesia de Chão de Couce e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

1009 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:15 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
28/11/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 27

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião